

ACÓRDÃO  
(3ª Turma)  
GMABB/gc

**RECURSO DE REVISTA. LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO. MULTA PREVISTA EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. VALIDADE. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. VEDAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE EMPREGADOS DE PORTARIA POR CENTRAIS TERCEIRIZADAS DE MONITORAMENTO DE ACESSO ("PORTARIAS VIRTUAIS"). TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.** 1. Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo reclamante em que se busca o prestígio da cláusula 33ª da convenção coletiva de trabalho, na qual ficou estipulada a multa de sete pisos salariais da categoria para cada empregado de portaria substituído por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou portarias virtuais. 2. O Supremo Tribunal Federal, em 02/06/2022, ultimou o julgamento do mérito do Tema 1.046 do repertório de repercussão geral daquela Corte, firmando a tese vinculante no sentido de que **"*são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis*"** (leading case ARE 1121633, Relator Ministro Gilmar Mendes). 3. É certo que a jurisprudência vinculante da Suprema Corte foi firmada sob o prisma da disposição de direitos trabalhistas por meio de instrumentos

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

coletivos, reputando consentânea com a ordem constitucional a mitigação de direitos dessa sorte, desde que disponíveis. Contudo, se a Constituição autoriza que as normas autônomas regularmente estabelecidas entre categorias profissionais e econômicas negociem – e potencialmente reduzam – direitos trabalhistas, não subsiste razão para compreender que os mesmos instrumentos não possam igualmente encerrar transação que redunde em potencial atenuação do direito de empresas quanto à irrestrita liberdade de contratação. 4. Sinal-se que a liberdade de contratar, que estaria eventualmente mitigada por meio da cláusula coletiva em exame, já não possui caráter absoluto no ordenamento jurídico. Assinale-se, por exemplo, a necessidade de observarem-se cotas de aquisição de menores aprendizes ou de pessoas com deficiência. 5. Nesse contexto, não há como se atribuir à liberdade de contratação caráter de tamanha indisponibilidade que impeça a inserção de balizas por meio de negociação coletiva em que as próprias empresas tenham sido devidamente representadas pelo sindicato da categoria econômica. Seria, em última análise, conferir aos empregadores grau de hipossuficiência e indisponibilidade de direitos que, reitere-se, a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal não admite para os trabalhadores e seus respectivos direitos sociais. 6. É de se notar, ademais, que o art. 170, VIII, da Constituição, integra à proteção da ordem econômica o princípio da busca do pleno emprego. Em outros termos, a convenção coletiva que estabelece limites à

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

liberdade de contratação não encerra, em si, conflito com as garantias constitucionais, mas com elas dialoga, uma vez que a perspectiva humanista-social da Carta Magna impõe a defesa e proteção do emprego com um dos leques da ordem econômica. 7. Além disso, a Constituição da República igualmente contém, no rol de direitos sociais, a proteção do trabalhador em face da automação – art. 7º, XXVII. Assim, o instrumento coletivo que veda a substituição de trabalhadores por máquinas prestigia o texto constitucional e as garantias ali positivadas. 8. Logo, não há que se considerar inválida a cláusula 33ª e respectivo §2º da CCT de 2018/2019, não se cogitando de desvalorizar o art. 170, IV, da Constituição da República, notadamente ante o prestígio conferido aos instrumentos coletivos pelo art. 7º, XXVI, da Carta Magna, e reiterado no julgamento do Tema 1.046 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, assim como em respeito aos princípios constitucionais da proteção do trabalhador em face da automação (art. 7º, XXVII) e da busca do pleno emprego como pilar da ordem econômica (art. 170, VIII, da Constituição). 9. O Tribunal Regional ao desconsiderar a cláusula 33ª da convenção coletiva de trabalho da categoria violou o art. 7º, XXVI, da Constituição Federal.

**Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº **TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**, em que é Recorrente ----- e é Recorrido **CONDOMINIO EDIFICIO CRISTINA**.

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

Trata-se de recurso de revista, com fundamento no art. 896 da CLT, interposto pelo reclamante em face de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho.

A Vice-Presidência do TRT admitiu parcialmente o recurso.

Não foram oferecidas contrarrazões.

Dispensado o parecer do Ministério Público do Trabalho, a teor do art. 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

**V O T O****1. CONHECIMENTO**

Interposto o recurso contra acórdão publicado na vigência da Lei 13.467/2017, exigindo-se a demonstração prévia de transcendência da causa, conforme estabelecido nos artigos 896-A da CLT e 246 e 247 do Regimento Interno desta Corte Superior.

Registre-se, ainda, que o Tribunal Regional, ao proferir o juízo de admissibilidade do recurso de revista interposto, recebeu o recurso apenas quanto ao tema "Multa Prevista em Convenção Coletiva de Trabalho. Validade. Condomínio Residencial. Vedação de Substituição de Empregados de Portaria por Centrais Terceirizadas de Monitoramento de Acesso ("Portarias Virtuais)", sendo esse, portanto, o tema que será apreciado.

Na espécie, em razão da relevância do tema, RECONHEÇO A TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA da matéria.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade do recurso de revista, prossigo no exame dos pressupostos específicos, conforme o art. 896 da CLT.

**MULTA PREVISTA EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.  
VALIDADE. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. VEDAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE**

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053****EMPREGADOS DE PORTARIA POR CENTRAIS TERCEIRIZADAS DE MONITORAMENTO DE ACESSO ("PORTARIAS VIRTUAIS")**

O Tribunal Regional reformou a sentença para afastar a multa prevista em convenção coletiva de trabalho, julgando improcedente a reclamação trabalhista, consoante os seguintes fundamentos, transcritos nas razões do recurso de revista, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I, da CLT:

"1.1 Substituição do empregado de portaria por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou "portarias virtuais". Multa prevista em norma coletiva. Validade.

O condomínio reclamado insurge-se contra a r. decisão de origem que o condenou ao pagamento de multa normativa, aduzindo inaplicável a cláusula 33ª da CCT de 2018/2019, que prevê a penalidade em caso de substituição do empregado por portaria virtual, já que flagrante a violação aos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de qualquer atividade econômica.

Vejamos.

O MM. Juízo de origem, ao apreciar a matéria, assim decidiu:

‘O reclamante pleiteia o pagamento da multa constante na cláusula 33ª da CCT 2018/2019, pois a reclamada descumpriu a vedação de substituir empregados por portaria virtual.

Incontroverso que a reclamada implantou a portaria virtual e procedeu a dispensa do reclamante como consequência, afinal o único debate em defesa é pela inconstitucionalidade da referida cláusula.

A cláusula 33ª da CCT equilibra os princípios fundamentais da CRFB, definidos no art. 1º, IV, quais seja a valorização social do trabalho e da livre iniciativa. Ela mantém a ordem econômica, tanto porque o art. 170, da CRFB determina caput que um dos seus fundamentos é a valorização do trabalho, quando porque seus incisos II, III e IV estabelecem como princípios de mesmo nível a propriedade privada, a função social da propriedade e a livre concorrência.

Para ficar claro, a valorização do trabalho é encontrada quando a cláusula veda a dispensa de empregados para a portaria virtual. Já a livre iniciativa, livre concorrência e seu exercício respeitando a função social é posto em prática quando estipula-se uma multa.

Percebe-se que não é uma vedação absoluta, mas a definição de uma penalidade pecuniária por diminuir postos de trabalho. Por mais que tenha muita tecnologia envolvida, é inegável que se coloca um porteiro (a distância) para fazer o trabalho de vários.

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

Não podemos esquecer, ainda, que a norma coletiva é altamente prestigiada na CRFB, arts. 7º e 8º, além de ter seu alcance até mesmo aplicado com as recentes reformas trabalhistas, vide o art. 611 da CLT e seguintes.

Julgo procedente o pedido e condeno a reclamada no pagamento da multa prevista no parágrafo segundo da cláusula 33ª da CCT 2018/2019."

Pois bem.

A cláusula convencional em discussão dispõe:

**'CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A fim de preservar postos de trabalho, bem como, garantir a segurança e bem estar de condôminos e moradores de edifícios e condomínios, as partes convenientes decidem que fica vedada a implantação e/ou substituição de empregados de portaria por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou 'portarias virtuais'.

(...)

Parágrafo Segundo: O descumprimento da previsão contida na presente cláusula ensejará ao condomínio infrator a obrigação de pagamento de 7 (sete) pisos salariais da categoria para cada empregado dispensado nessas condições, revertidos ao empregado prejudicado, além da obrigatoriedade de contratação direta de empregados, sem prejuízo do ajuizamento de medidas cabíveis na justiça do trabalho em cada caso concreto".

Data vênua do entendimento originário, não se vislumbra, a partir do teor da cláusula em destaque, o equilíbrio entre os princípios constitucionais, na medida em que impõe flagrante restrição à liberdade de contrato, ao vedar a substituição de empregados por 'portarias virtuais', ferindo, ademais, o princípio da livre concorrência, ao limitar a atuação das empresas prestadoras de serviços de monitoramento virtual.

Não se olvide, ainda, que o princípio da livre iniciativa, previsto no artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, garante não só o livre exercício de qualquer atividade econômica, a liberdade de trabalho, ofício ou profissão, como, também, a liberdade contratual, de modo que uma cláusula que interfira na forma de contratação dos serviços a serem prestados só pode ser tida como inconstitucional, em especial, quando, além de invadir a liberdade privada, estabelece proibição da forma de atuação que acaba por deter a concorrência.

A propósito, esta Relatora já se manifestou em questão semelhante, nos autos de nº 0010264- 45.2017.5.15.0129, cujo acórdão foi publicado em 07/06/2018, tendo, posteriormente, esta C. Câmara se pronunciado no mesmo sentido, nos autos dos processos n.º 0011268- 16.2017.5.15.0001 e n.º 0010703-55.2017.5.15.0097, em acórdãos de relatoria do Exmo. Desembargador João Alberto Alves Machado, publicados, respectivamente, em 31/10/2018 e 19/06/2020.

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

Diante do exposto, acolhe-se o apelo do reclamado para declarar a inaplicabilidade da Cláusula 33ª da Convenção Coletiva de Trabalho de 2018/2019 no tocante à vedação da implantação e/ou substituição de empregados de portaria por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou 'portarias virtuais' e, conseqüentemente, afastar a condenação de pagamento da multa normativa, julgando-se, assim, improcedente a presente ação."

Nas razões do recurso de revista, o reclamante defende a validade da cláusula 33ª da convenção coletiva de trabalho entabulada, na qual se estipulou multa de sete pisos salariais da categoria para cada empregado de portaria substituído por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou portarias virtuais. Pondera que deve haver o contraponto entre o princípio da livre iniciativa com a vedação da dispensa arbitrária, o respeito às normas coletivas e a proteção contra a automação. Aponta violação aos artigos 1º, IV, e 7º, *caput*, I, XXVI e XXVII, da Constituição Federal.

Inicialmente, em se tratando de processo submetido ao rito sumaríssimo, somente será admitido Recurso de Revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme deste Tribunal ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta à Constituição da República (art. 896, § 9º, da CLT).

Incontroverso, segundo se extrai da decisão proferida pelo Tribunal Regional, que se trata de convenção coletiva de trabalho envolvendo os sindicatos empresarial e profissional do ramo de condomínios residenciais.

Na cláusula 33ª, *caput* e §2º, da CCT de 2018/2019, pactuaram os sindicatos que:

"A fim de preservar postos de trabalho, bem como, garantir a segurança e bem estar de condôminos e moradores de edifícios e condomínios, as partes convenientes decidem que fica vedada a implantação e/ou substituição de empregados de portaria por centrais terceirizadas de monitoramento de acesso ou 'portarias virtuais'.

(...)

Parágrafo Segundo: O descumprimento da previsão contida na presente cláusula ensejará ao condomínio infrator a obrigação de pagamento de 7 (sete) pisos salariais da categoria para cada empregado dispensado nessas condições, revertidos ao empregado prejudicado, além da obrigatoriedade de contratação direta de empregados, sem prejuízo do

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

ajuizamento de medidas cabíveis na justiça do trabalho em cada caso concreto." (fls. 181)

O Supremo Tribunal Federal, em 02/06/2022, ultimou o julgamento do mérito do Tema 1.046 do repertório de repercussão geral daquela Corte, firmando a tese vinculante no sentido de que "***são constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis***" (leading case ARE 1121633, Relator Ministro Gilmar Mendes).

É certo que a jurisprudência vinculante da Suprema Corte foi firmada sob o prisma da disposição de direitos trabalhistas por meio de instrumentos coletivos, reputando consentânea com a ordem constitucional a mitigação de direitos dessa sorte, desde que disponíveis. Contudo, se a Constituição autoriza que as normas autônomas regularmente estabelecidas entre categorias profissionais e econômicas negociem – e potencialmente reduzam – direitos trabalhistas, não subsiste razão para compreender que os mesmos instrumentos não possam igualmente encerrar transação que redunde em potencial atenuação do direito de empresas quanto à irrestrita liberdade de contratação.

Sinale-se que a liberdade de contratar, que estaria eventualmente mitigada por meio da cláusula coletiva em exame, já não possui caráter absoluto no ordenamento jurídico. Assinale-se, por exemplo, a necessidade de observarem-se cotas de aquisição de menores aprendizes ou de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, não há como se atribuir à liberdade de contratação caráter de tamanha indisponibilidade que impeça a inserção de balizas por meio de negociação coletiva em que as próprias empresas tenham sido devidamente representadas pelo sindicato da categoria econômica. Seria, em última análise, conferir aos empregadores grau de hipossuficiência e indisponibilidade de direitos que, reiterar-se, a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal não admite para os trabalhadores e seus respectivos direitos sociais.

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

É de se notar, ademais, o art. 170, VIII, da Constituição, integra à proteção da ordem econômica o princípio da busca do pleno emprego. Em outros termos, a convenção coletiva que estabelece limites à liberdade de contratação não encerra, em si, conflito com as garantias constitucionais, mas com elas dialoga, uma vez que a perspectiva humanista-social da Carta Magna impõe a defesa e proteção do emprego com um dos leques da ordem econômica.

Além disso, como bem pontuado pelo Exmo. Ministro Maurício Godinho Delgado na sessão de julgamento deste processo, a Constituição da República igualmente contém, no rol de direitos sociais, a proteção do trabalhador em face da automação – art. 7º, XXVII. Logo, o instrumento coletivo que veda a substituição de trabalhadores por máquinas prestigia o texto constitucional e as garantias ali positivadas.

Logo, não sem identificar julgados em sentido contrário da Seção Especializada em Dissídios Coletivos deste Tribunal Superior – órgão que, nada obstante, não estabelece jurisprudência vinculante às Turmas do TST -, entendo ser mais adequado percorrer caminho que integra a controvérsia ao entendimento cogente do Supremo Tribunal Federal, ainda que por analogia.

Nesse contexto, não há que se considerar inválida a cláusula 33ª e respectivo §2º da CCT de 2018/2019, não se cogitando de desvalorizar o art. 170, IV, da Constituição da República, notadamente ante o prestígio conferido aos instrumentos coletivos pelo art. 7º, XXVI, da Carta Magna, e reiterado no julgamento do Tema 1.046 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal, assim como em respeito aos princípios constitucionais da proteção do trabalhador em face da automação (art. 7º, XXVII) e da busca do pleno emprego como pilar da ordem econômica (art. 170, VIII, da Constituição).

Assim, o Tribunal Regional ao desconsiderar a cláusula 33ª da convenção coletiva de trabalho da categoria violou o art. 7º, XXVI, da Constituição Federal.

Ante o exposto, **CONHEÇO** do recurso de revista por violação ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal.

**2. MÉRITO**

**PROCESSO Nº TST-RR-11307-80.2019.5.15.0053**

**MULTA PREVISTA EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.  
VALIDADE. CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. VEDAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE  
EMPREGADOS DE PORTARIA POR CENTRAIS TERCEIRIZADAS DE MONITORAMENTO  
DE ACESSO ("PORTARIAS VIRTUAIS")**

Em face do conhecimento do recurso de revista por violação ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, **DOU-LHE PROVIMENTO** para, reformando o acórdão regional, restabelecer a sentença que condenou o reclamado ao pagamento da multa prevista no parágrafo segundo da cláusula 33ª da CCT de 2018/2019. Ficam invertidos os ônus da Sucumbência.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação ao art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando o acórdão regional, restabelecer a sentença que condenou o reclamado ao pagamento da multa prevista no parágrafo segundo da cláusula 33ª da CCT de 2018/2019. Ficam invertidos os ônus da Sucumbência.

Brasília, 16 de abril de 2024.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**ALBERTO BASTOS BALAZEIRO**  
**Ministro Relator**